EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0057332-27.2017.8.19.0000 1

EMBARGANTE: SKY CARGO BRASIL LOGÍSTICA E SERVIÇO LTDA - ME
EMBARGADO: UNION SISTEMAS E ENERGIA LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO PORTUGAL COMPASSO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. Requerimento de falência. Inadimplência de dívida líquida e certa superior a quarenta salários mínimos. Pedido julgado procedente. Acórdão que deu provimento ao recurso da embargada julgando improcedente o pedido de falência ao fundamento de não restou demonstrado de forma inequívoca a relação negocial que deu causa à duplicata executada. Nova decisão que, acatando embargos e ensejando efeitos infringentes, restabeleceu a douta sentença. Agravante que embarga de declaração alegando omissão quanto à tese de inexistência de título a amparar o requerimento de falência. Inexistência de omissão, contradição e obscuridade no julgado. A matéria apresentada foi devidamente examinada e fundamentada. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos embargos de declaração no Agravo de Instrumento nº **0057332-27.2017.8.19.0000** em que figura como embargante **SKY CARGO BRASIL LOGÍSTICA E SERVIÇO LTDA - ME** e como embargada **UNION SISTEMAS E ENERGIA LTDA.**

ACORDAM os Desembargadores que integram a **Nona Câmara Cível** do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade de votos, **negar provimento aos embargos.**

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração que tem por objeto o acórdão de fls. 104/110, que deu provimento aos embargos de declaração da embargada, reformando acórdão de fls. 43/49, restabelecendo a proferida pelo

JOSE ROBERTO PORTUGAL COMPASSO:16062 Assinado em 12/06/2018 17:20:58
Local: GAB. DES JOSE ROBERTO PORTUGAL COMPASSO

Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, que julgou procedente pedido de falência formulado pela embargada em face da embargante.

Aduz o embargante que o aresto embargado entendeu ser possível reabrir instrução do feito (reexaminando documentos) mesmo nesta fase recursal, omitindo-se quanto a questão preliminar suscitada nas razões recursais, notadamente sobre a inexistência de título executivo a amparar o requerimento de falência, como exige o par. único do art. 9º, da lei 11.101/05; que os documentos de f. 18 e 20 dos autos principais não atendo os requisitos, e mesmo as datas de vencimentos neles inseridas estão em desacordo com as datas constantes das faturas de f. 22 e 24, onde se vê que o valor
da "venda" teria seu pagamento parcelado em várias datas, de onde se conclui que o requerimento de falência não preenche os requisitos legais e deveria ter sido extinto, ante a ausência de documento essencial, jamais existiu duplicata, que foi sacada às pressas apenas para o protesto, porém jamais encaminhada para a agravante, como determina o § 1°, do art. 6°, da Lei 5.474/68.

Pugna pelo conhecimento e provimento de seu recurso com efeitos infringentes, reconhecendo que as duplicatas que fundamentam o pedido de quebra, e que jamais foram encaminhadas para o embargante, não atendem aos requisitos legais.

É o relatório.

VOTO

Não assiste razão ao embargante.

O acórdão embargado deriva do acolhimento de embargos de declaração da parte embargada em face do acórdão de fls. 43/49, portanto, o integra e faz parte do julgado.

Naquele julgado foi tratada a tese de inexistência de título executivo com força para decretação de falência, ficando decidido que as duplicatas não eram suficientes para tanto, em razão da ausência de comprovante de entrega e recebimento das mercadorias.

Contudo, tal tese foi derribada com a apresentação dos embargados de declaração da embargada, acórdão de fls. 43/49.

> ***"(...) A documentação apresentada pela agravada nos autos originários não é suficiente para dar as duplicatas apresentadas liquidez suficiente a justificar a decretação de falência da requerida na forma do art. 94, I, da Lei 11.101/05.***
> ***(...)***

> ***Segundo a melhor doutrina e jurisprudência, para decretação da falência, medida extrema, com base em duplicatas mercantis, diferentemente do que ocorre nos casos de simples execução de título extrajudicial, é imprescindível a apresentação do comprovante de recebimentos das mercadorias e a identificação expressa no instrumento do recebedor do protesto. (...)"***

Já no acórdão embargado, constou:

> ***"(...) A referida nota fiscal põe por terra a defesa da embargada, qual seja, de que não adquiriu os produtos indicados na nota iscal e que não os teria recebido.***
>
> ***A nota fiscal n.º 00000844, não impugnada, foi emitida pela própria embargada e comprova que os produtos foram adquiridos junto à embargante/requerente (Union Sistemas e Energia) com referência as Notas Fiscais que deram lastro a duplicata que originou o pedido de falência e que os equipamentos adquiridos foram repassados a Claro S/A – filial Pavuna.***
>
> ***A agravante, de fato, não poderia ter remetido as mercadorias a outrem se, antes, não as tivesse recebido, má-fé processual desnudada. Aplico à agravante multa de cinco por cento do valor atribuído à causa (art. 80, II e art. 81, do CPC). (...)"***

Nessa linha intelectiva tem-se que tratada no julgado a tese do embargante sobre a liquidez e certeza do título.

Ademais, os títulos apresentados às fls. 22 e 24 da ação originária atendem as exigências da Lei 5.474, vez que consta dos mesmos a quantia certa e a data de vencimento da obrigação.

Destaque-se que as duplicatas exequendas preenchem os requisitos exigidos no art. 15, II, alíneas "a", "b" e "c", da Lei n. 5.474/68 e artigo 94, I, da lei 11.101/05, uma vez que respaldadas pelo protesto do título acompanhado da nota fiscal devidamente subscrita por preposto da empresa, não havendo que de se falar em ausência de liquidez, certeza e exigibilidade, porquanto devidamente formalizado o título executivo extrajudicial.

> ***Art 15 - A cobrança judicial de duplicata ou triplicata será efetuada de conformidade com o processo aplicável aos títulos executivos extrajudiciais, de que cogita o Livro II do Código de Processo Civil, quando se tratar;***
>
> ***I - de duplicata ou triplicata aceita, protestada ou não; (Redação dada pela Lei nº 6.458, de 1º.11.1977)***
>
> ***II - de duplicata ou triplicata não aceita, contanto que, cumulativamente:***

> ***a) haja sido protestada;***
> ***b) esteja acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria; e***
> ***c) o sacado não tenha, comprovadamente, recusado o aceite, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos nos arts. 7º e 8º desta Lei.***
> ***§ 1º - Contra o sacador, os endossantes e respectivos avalistas caberá o processo de execução referido neste artigo, quaisquer que sejam a forma e as condições do protesto.***
> ***§ 2º - Processar-se-á também da mesma maneira a execução de duplicata ou triplicata não aceita e não devolvida, desde que haja sido protestada mediante indicações do credor ou do apresentante do título, nos termos do art. 14, preenchidas as condições do inciso II deste artigo.***
>
> ***Art. 94. Será decretada a falência do devedor que:***
> ***I - sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;***

Assim sendo, conclui-se pela inexistência da omissão apontada.

Por tais razões, voto no sentido de conhecer e **negar provimento aos Embargos de Declaração.**

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2018.

JOSÉ ROBERTO PORTUGAL COMPASSO
DESEMBARGADOR RELATOR